

**A CREDIBILIDADE E A EFIÊNCIA DOS ORGÃOS FISCALIZADORES DO  
MERCADO FINANCEIRO**  
**Estudo de caso acerca da fraude do Banco Panamericano.**

**Angla de Queiroz Bessa**  
**Fernando Linhares da Silva (Orientador)**  
**Luciana Silva Moraes ( Co-orientador)**

**RESUMO**

O presente artigo versa, sobre pesquisa realizada sobre o tema: A ineficiência dos órgãos fiscalizadores do mercado financeiro e auditorias: Com estudo de caso a cerca da fraude do banco panamericano. Por meio dessa se buscou atingir os seguintes objetivos: Definir os principais órgãos fiscalizadores do sistema financeiros, relatando assim suas funções e atribuições, de maneira a evidenciar aonde esses falharam; Conceituar auditoria e discorrer sobre essa; efetuar estudo de caso sobre a fraude ocorrida e levantar os impactos causados por essa a instituição, por meio de análises das demonstrações contábeis e aplicação do termomêtro de Kanitz . A metodologia empregada para execução da pesquisa se deu por meio do metodo científico dedutivo indiduto, a natureza da pesquisa foi aplicada, a forma de abordagem foi qualitativa, para atingir os objetivos realizou – se pesquisas exploratórias, os instrumentos de coleta de dados foram por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Com a realização da pesquisa constatou – se a ineficiencia tanto dos órgãos fiscalizadores como das auditorias realizadas na instituição.

**Palavras - chaves:** Banco Panamericano, Fraude, Ineficiencia, Orgãos fiscalizadores e Auditorias.

Acadêmica, Angla de Queiroz Bessa, 8º semestre, Curso de Ciências Contábeis da Faculdade São Francisco de Barreiras. Email: anglabianca@bol.com.br

Orientador Fernando Linhares da Silva – Bacharel em Ciências Contábeis, Especialista em Gerência de Negócios, professor da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. Email: nando-linhares@hotmail.com

Co-orientadora, Luciana Silva Moraes – Bacharel em Ciências Contábeis, Mestre em Gestão Ambiental, professora e pesquisadora da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. Email: luciana@fasb.edu.br

## 1.0 INTRODUÇÃO

O mercado financeiro é o âmbito aonde há a distribuição de recursos. Os agentes superavitários, que possuem recursos disponíveis, transferem esses para os deficitários, os que necessitam. Esse mercado é subdividido em quatro: Mercado de capitais, mercado de Crédito, mercado monetário e mercado de câmbio.

Para fiscalizar e normatizar o mercado financeiro existe diversos órgãos. (CMN (Conselho Monetário Nacional), BACEN (Banco Central do Brasil) e CVM (Comissão de Valores Mobiliários).)

O CMN é quem normatiza todas as políticas a serem adotadas no mercado, já o BACEN é o órgão executor, esse põe em pratica as políticas e tem como principal função fiscalizar as instituições financeiras e intervir quando necessário. A CVM, é o órgão responsável para normatizar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários, aonde são negociados diversos papéis emitidos pelas empresas (Ações, debêntures, *Comercial papers* e outros).

Diante do crescimento econômico ocorrido ao longo dos anos, as empresas se virão obrigadas a buscar outras fontes de recurso, pois o seu capital já não era suficiente para suas pretensões. Nesse momento se expandiu o mercado de capitais. Por meio desse, se tornaria possível captar mais recursos e realizar assim grandes investimentos. As empresas para entrarem nesse mercado necessitam abrir seu capital, ou seja, se tornar uma SA (Sociedade Anônima) e para isso deve pleitear junto a CVM um registro e atender a uma serie de exigências legais, para que assim, seus papéis sejam negociados. Uma das exigências emanadas por esse órgão é a contratação de um serviço de auditoria externa. De forma que o auditor emita o parecer, que se trata de sua opinião, a cerca da confiabilidade e fidedignidade dos dados financeiros e econômicos apresentados pela empresa.

Porém quando tudo parecia funcionar perfeitamente, ocorreu um fato ano passado que fez com que colocássemos em cheque a confiabilidade dos órgãos fiscalizadores. Uma Fraude que provocou um prejuízo de 4,3 Bilhões de reais ao Banco Panamericano. Que foi salvo graças ao empréstimo oriundo do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e aporte financeiro do seu atual controlador.

Demonstrações fraudadas passaram pelo crivo das fiscalizações, o banco abriu seu capital em 2007, lançando assim suas ações junto ao mercado sem dificuldade nenhuma, e alavancando recursos estimados em cerca de R\$ 700 Milhões de reais.

Como pode? Milhares de investidores apostaram seus recursos em uma empresa sem solidez nenhuma. O BACEN que é o órgão fiscalizador que deveria notar a fraude não a constatou, passou despercebida por quase quatro anos. O mais incongruente é como esse órgão pode aprovar a compra de 36% das ações do Panamericano, por parte da Caixa Econômica Federal.

As auditorias realizadas na entidade não evidenciaram nada.

A pesquisa justifica – se em virtude da magnitude do fato, necessitando assim de estudo a fundo para evidenciar a ineficiência existente nos órgãos fiscalizadores e na realização de auditorias. De maneira a se conduzir uma cobrança por parte dos investidores e da sociedade, de melhorias no processo de normatização e fiscalização desses e mudanças na legislação, a fim de punir mais severamente os que cometem tal crime e assim de garantir maior credibilidade.

## 1.2 OBJETIVOS

- Objetivo Geral

A pesquisa teve como objetivo geral: Apontar as possíveis deficiências dos órgãos fiscalizadores do mercado financeiro e de auditorias realizadas dentro de uma entidade, com estudo de caso a cerca da Fraude do banco Panamericano.

- Objetivos Específicos

- A) Conceituar os principais órgãos fiscalizadores do mercado financeiro e definir suas atribuições.
- B) Dar definições a cerca dos tipos de auditorias no Brasil e o objetivo dessas dentro de uma instituição.
- C) Efetuar o estudo de caso sobre a fraude do Banco Panamericano, a fim de se mostrar a ineficiência dos órgãos fiscalizadores e das auditorias.
- D) Verificar os impactos causados a instituição e ao mercado em geral de ações e apresentar conclusões.

## 1.3 Metodologia

O Método Científico escolhido para conduzir a pesquisa foi o método dedutivo indutivo, proposto por Pavão.

Ora, quando você pesquisa e se utiliza do método dedutivo, você supostamente, já se utilizou da dedução, pois o que você vai fazer é, exatamente, colocar a “suposta” verdade universal (que é do senso comum) à prova. Do contrário, deveria se desprezar o senso comum, quando se faz pesquisa. Não é isto que acontece: você tem uma idéia que não é sua, mas que pertence a cultura e a partir dela você vai utilizar a indução, para verificar se aquela idéia ( verdade universal dentro do senso comum) está correta. (PAVÃO, 2011)

Quanto à natureza da pesquisa essa é Aplicada, essa gerou conhecimentos necessários, para fundamentar a problemática apresentada. Do ponto de vista da forma de abordagem foi utilizada foi a qualitativa. Para a obtenção dos objetivos foi empregada para a execução das atividades, a Pesquisa exploratória, por meio dessa se visa o conhecimento a fundo com o problema, de forma que se tenha uma boa compreensão sobre a problemática estudada. Os instrumentos técnicos para coletar as informações se deram de duas formas: Pesquisa bibliográfica e Estudo de caso. A primeira foi realizada por intermédio de obras literárias, por cursos de certificação de investimentos da Universidade Corporativa do Banco do Brasil, artigos publicados na internet, matérias e etc. Já o segundo tipo de pesquisa, foi conduzida através de análises criteriosas a cerca das demonstrações contábeis da entidade, com o objetivo de obter os impactos causados em virtude da fraude e foram realizadas também diversas pesquisas em prol de se conhecer melhor a empresa estudada.

## **2.0 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E AUDITORIAS**

### **2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

O SNF (Sistema Financeiro Nacional) é composto por várias instituições que compõem o mercado financeiro, essas são responsáveis por controlar o fluxo de recursos oriundos de terceiros, os distribuindo para aqueles que necessitam desses. O sistema é regulamentado e fiscalizado por autoridades monetárias são elas as seguintes : CMN ( Conselho Monetário Nacional), BACEN e CVM.

“O sistema Financeiro Nacional é composto de um conjunto de instituições financeiras que mantém o fluxo de recursos entre poupadores e investidores, constituindo assim o mercado financeiro.” (BASTOS; LOPES: CARDOSO, 2007, p.244)

#### **2.1.1 Órgãos fiscalizadores**

##### **➤ CMN**

Trata – se do órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, esse é responsável por normatizar o sistema financeiro. Criando diretrizes das políticas adotadas nos mercados (Monetário, de Crédito e Cambial). Esse edita as normas e o BACEN as execulta. Assim se define:

O conselho Monetário nacional é o órgão normativo responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, de crédito e cambial do país. Pelo seu envolvimento no cenário econômico nacional. O CMN acaba transformando – se num conselho de política economica.[...]O CMN é a entidade superior do sistema Financeiro Nacional. (BASTOS; LOPES: CARDOSO, 2007, p.244)

É por meio dele que se regula a economia e se põe em prática as políticas econômicas adotadas por um governo, esse age visando à estabilidade financeira e o desenvolvimento social e econômico.

##### **➤ BACEN**

Trata-se de uma autarquia federal, que age como órgão executivo, esse cumpre as disposições emanadas pelo CMN, trabalhando de maneira a garantir a eficiência e a solidez do sistema financeiro. O atual presidente é Alexandre Antonio Tombini. De acordo com HOJI,

O Bacen é o órgão executivo Central do sistema financeiro Nacional, responsável pela fiscalização e cumprimento das disposições que regulam o funcionamento do SFN de acordo com as normas expedidas pelo CMN. A missão institucional é a de zelar pela estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro. ( 2004, p. 40)

O Bacen tem como principais atribuições:

- Emitir papel-moeda e moedas metálicas nas condições e limites autorizados pelo CMN;
- Exercer a fiscalização das instituições financeiras, punido – as quando necessário;
- Autorizar o funcionamento de todas as instituições financeiras; [...]
- Estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras privadas;
- Vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais. [...] ( UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO DO BRASIL, 2005, pg. 14)

➤ CVM

A Comissão de Valores Mobiliários atua como órgão fiscalizador e normativo do Mercado de Ações e Debêntures. Esse visa assegurar a credibilidade dos papéis postos no mercado ao investidor.

É uma entidade autárquica especificamente voltada para o desenvolvimento, disciplina e a fiscalização do mercado de títulos e valores mobiliários não emitidos pelo Sistema Financeiro e Tesouro Nacional, basicamente o mercado de ações e de debêntures. [...] Compete a comissão de valores mobiliários:- Estimular a aplicação no mercado acionário;-Assegurar o funcionamento eficiente e regular das bolsas de valores e instituições auxiliares que operam nesse mercado;- Proteger titulares de valores mobiliários contra emissões e atos fraudulentos que manipulem preços de valores mobiliários nos mercados primários e secundários de ações;- Fiscalizar a emissão, o registro, a distribuição e a negociação de títulos emitidos pelas empresas de capital aberto; (BASTOS; LOPES: CARDOSO, 2007, p.245)

## 2.2 MERCADO FINANCEIRO

O mercado financeiro é o âmbito aonde há a distribuição de recursos. Os que têm capital, os alocam a fim de obter rendimentos sobre esses e os que necessitam se utilizam, para suprir suas necessidades.

Em uma economia, de um lado existem os que possuem poupança financeira e, de outro, os que necessitam. A intermediação entre os dois lados ocorre no mercado financeiro. As instituições que intermedeiam as operações captam dos investidores e repassam os recursos a tomadores cobrando uma taxa de intermediação conhecida como *spread*. (HOJI, 2004, p.44)

Então o mercado financeiro trata – se de um ambiente aonde poupadores e tomadores intermedeiam seus recursos. Quem tem capital quer receber juros, remuneração sobre o que está aplicando e quem necessita de recurso, buscam junto a esses, para que assim possam sanar com suas necessidades. O mercado financeiro se subdivide em quatro:

- Mercado Monetário;
- Mercado de crédito;
- Mercado de Capitais;
- Mercado de Câmbio;

Por se tratar de nosso objeto de estudo a seguir trataremos mais de forma mais abrangente o mercado de capitais.

### **2.2.1 Mercado de capitais**

Por meio desse mercado, as empresas abrem seu capital com o intuito de adquirir recursos para financiar suas atividades, junto ao público investidor. Esse surgiu em decorrência da necessidade de expansão das atividades das empresas, os recursos advindos de do mercado de crédito e de capital próprio se tornaram insuficiente, para atender as necessidades existentes.

Seu surgimento se deve à época em que o mercado de crédito deixou de atender às necessidades da atividade produtiva, no sentido de garantir um fluxo de recursos nas condições adequadas em termos de prazos, custo e exigibilidades. (UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO BANCO DO BRASIL, 2005, pg. 11)

Para proceder às operações de abertura de capital, há a figura dos auxiliares na intermediação. Nesse mercado os principais títulos negociados são: Ações, debêntures e notas promissórias (*commercial papers*).

O sistema de distribuição e intermediação do mercado de capitais brasileiro é composto por sociedades corretoras de valores mobiliários, sociedades corretoras de valores mobiliários, sociedades distribuidoras de valores mobiliários, bancos de investimento e bancos de desenvolvimento. (UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO DO BRASIL, 2005, Pg. 11)

### 2.2.1.3 BM&FBOVESPA

Trata – se uma companhia, que atua no mercado, como auxiliar financeiro. Recentemente a Bovespa (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo), integrou – se com a BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). A nova bolsa atua efetuando a intermediação entre os investidores e os tomadores de recursos no mercado de capitais, com a unificação, passou – se a efetuar todas as negociações inerentes as duas em um âmbito só.

As principais atribuições da bolsa segundo a Universidade corporativa do banco do Brasil são:

- Manter local adequado à realização de transação de compra e venda de títulos e valores mobiliários, em mercado livre, organizado e fiscalizado pelos próprios membros participantes e pela CVM;
- Estabelecer sistemas de negociação que propicie e assegure a continuidade das cotações e a plena liquidez dos papéis no mercado;
- Dar ampla e rápida divulgação às operações efetuadas em seu pregão;
- Assegurar aos investidores completa garantia de recebimento pelos títulos e valores negociados;
- Auxiliar a CVM na fiscalização do mercado de capitais. (2005, Pg. 23)

### 2.2.1.4 Procedimentos para abertura de capital

Com a burocracia para adquirir crédito junto aos bancos, às taxas de juros elevadas e o pouco montante disponibilizado por esses, que muitas vezes não são suficientes para atender suas necessidades, os empresários se utilizam de outra alternativa para obter recursos e financiar seus projetos. É por meio do mercado de capitais que esses suprem suas necessidades.

Uma empresa é de capital aberto, quando essa está constituída sob a forma jurídica de Sociedade anônima e possui valores mobiliários, negociáveis em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado.

Mas antes de efetuar esse procedimento de abertura, é necessário se ater a uma série de exigências emanadas pela CVM. Pois essa age com o intuito de dá transparência e credibilidade às operações realizadas no mercado de valores mobiliários.

É de suma importância que seja realizada uma criteriosa análise antes de a empresa abrir seu capital e adquirirem recursos junto ao público investidor. Uma vez que os investidores ao alocarem seus recursos em entidades, objetivam rendimentos, credibilidade e confiança na operação.

É diante do procedimento de registro, que a CVM, tira suas conclusões a cerca da viabilidade do processo e adquire informações a cerca da saúde financeira da empresa e se seus atos estão em conformidade.

Pelo disposto da lei 6.385 de 07/12/76 (Lei do mercado de valores mobiliários), nenhuma emissão pública de valores mobiliários será distribuída no mercado sem o prévio registro na CVM. [...] O registro serve também como proteção para os investidores, inclusive através da verificação de legitimidade da emissão de valores mobiliários e da legalidade dos atos societários e legais que lhe deram origem, não se constituindo, todavia em atestado de qualidade do empreendimento. (UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO DO BRASIL, 2005, Pg. 16)

Há varias etapas a serem seguidas pela empresa para abertura de capital, estas estão disponíveis no site da CVM.

O papel do auditor externo nesse processo é de suma importância, esse é contratado pela empresa, segundo orientações da CVM. Esse terá que apresentar pareceres a cerca das demonstrações apresentadas. Garantindo dessa forma a veracidade dos dados nelas contidos. O auditor deverá ter seu registro junto a CVM.

## 2.3 AUDITORIAS

Essas têm por finalidade, averiguar a confiabilidade dos sistemas implantados na empresa e rota de procedimentos, se esses estão adequados aos princípios e normas contábeis existentes. Com o intuito de apontar possíveis erros, efetuar críticas e sugerir melhorias. Veja a definição a seguir:

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame de registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza azidental, publica ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados. (SÀ, 2002, p.25)

A auditoria deve ser realizada, para dar credibilidade e confiabilidade da real situação das empresas. Por meio dessa se objetiva também dá suporte a gestão administrativa para a tomada de decisões. Com o crescimento do mercado de capitais, a auditoria se ampliou no mercado brasileiro.

Em síntese o trabalho de auditoria consiste num fluxo de atividades desenvolvidas segundo princípios, técnicas e metodologias específicos com o fim de obter evidências suficientes e adequadas à formação de juízo. Envolve uma apreciação global das transações praticadas pela empresa auditada e uma aferição do grau de confiança na fidedignidade de seus registros tendo em vista a efetividade dos controles internos. (SOARES, 2005, Pg. 58)

A auditoria pode ser classificada de diversas formas, a depender da extensão dos trabalhos, da profundidade dos exames, de sua natureza, de acordo com os fins que se destina e da sua forma de execução. Partindo desse pressuposto, cada tipo de auditoria objetiva um fim específico a depender da situação, de maneira que atenda de forma eficaz a necessidade existente.

### **2.3.1 Auditoria Interna**

Tal auditoria é desenvolvida dentro da empresa, por um profissional contratado por essa, atuando no sentido de acompanhar, instruir na tomada de decisões, evidenciar a confiabilidade dos controles internos implantados pela entidade e etc. Veja a definição a seguir:

A auditoria interna é um órgão de controle que, possuindo máxima liberdade, deve “acompanhar” os comportamentos da atividade empresarial ou institucional, visando, basicamente: Confiabilidade interna dos sistemas de controle; confiabilidade interna dos registros contábeis; confiabilidade dos informes; avaliação e eficácia das funções patrimoniais. Tais objetivos, diante de uma metodologia própria, visam assegurar à administração a proteção contra erros, fraudes, desvios, desperdícios e outros riscos que ameaçam a riqueza administrativa. (SÀ, 2002, p.469)

## 2.3.2 Auditoria Externa

A auditoria externa é desenvolvida por um profissional da área contábil, esse não tem nenhum vínculo empregatício direto com a empresa, é apenas uma prestação de serviço, no qual esse irá evidenciar a efetividade dos controles internos, opinar a cerca de situações e etc.

“Quando a verificação dos fatos é levada a efeito por profissional liberal ou por associação de profissionais liberais e, portanto, elementos estranhos à empresa, a intervenção ou censura denomina – se auditoria externa ou independente.” (SÁ, 2002, P. 41)

Todos os auditores que atuarem em auditorias de empresas de capital aberto deverão ter ser registro na CVM.

As empresas ao abrirem seu capital no mercado de ações devem ser submetidas a auditorias externas, com o fim de evidenciar a fidedignidade de suas demonstrações, para que assim, os investidores destinem seus recursos em empresas sólidas e seguras.

A Lei 6.385/ 76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a CVM, em seu capítulo VII, no Artigo 26, menciona a figura das auditorias, cita a obrigatoriedade do registro do auditor na CVM e a responsabilidade desses diante de seus trabalhos..

**Art 26.** Somente as empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários poderão auditar, para os efeitos desta Lei, as demonstrações financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários.

§ 1º - A Comissão estabelecerá as condições para o registro e o seu procedimento, e definirá os casos em que poderá ser recusado, suspenso ou cancelado.

§ 2º - As empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes responderão, civilmente, pelos prejuízos que causarem a terceiros em virtude de culpa ou dolo no exercício das funções previstas neste artigo.

### 2.3.2.1 IBRACON

O IBRACON (Instituto Brasileiro de contadores) trata – se de uma empresa de direito privado sem fins lucrativos, que tem como objetivo regulamentar as atividades

de auditoria no Brasil. Esse sugere procedimentos e postura do profissional na execução de suas atividades, de maneira a padronizar assim os serviços.

Entidade profissional, que reúne contadores e tem como função discutir, desenvolver e divulgar as posições técnicas e éticas da atividade contábil no Brasil, contribuindo para o intercâmbio de informações com outros países. Enquanto entidade associativa, tem a atribuição de recomendar ou sugerir procedimentos e posturas. ( SOARES, 2005, Pg.24)

Esse órgão tem como missão promover padrões de excelência no desempenho das atividades de auditoria externa e exibir a sociedade a importância desse profissional, promovendo dessa forma a credibilidade dos trabalhos. Esse edita normas que serão aplicadas para a execução das atividades dos auditores independentes, que posteriormente são aprovadas pela CVM e CFC, dessa forma essas servem base, para o desenvolvimento da atividade. Diante do que foi citado, nota – se a importância dessa entidade dentro da sociedade.

### **3.0 FRAUDE DO BANCO PANAMERICANO**

#### **3.1 O BANCO**

O Banco Panamericano é uma instituição financeira privada, criada em 1990, tendo como fundador Senhor Abravanel, conhecido na mídia como Silvio Santos. Esse adquiriu a participação acionária da Real Sul S/A, em 21 de fevereiro de 1969 e transformou-se no Baú Financeira S/A. Porém só 1990, obteve autorização para atuar como banco múltiplo, passou a ser denominado Banco Panamericano S/A. Esse é voltado para a oferta de linhas de crédito para pessoas físicas das classes B, C, D e E.

Bancos Múltiplos: é instituição financeira privada ou pública que realiza as operações das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. (BASTOS; LOPES; CARDOSO, 2007, p.246)

Quem detinha o controle acionário desde sua fundação era Silvio Santos, porém diante de escândalos envolvendo uma fraude na instituição ano passado, o

mesmo se viu em apuros e optou pela venda de sua participação ao BTG Pactual S/A. Esse trata – se de um banco de investimento, que hoje é o atual controlador da entidade, juntamente com Caixa Econômica Federal.

### 3.2 A FRAUDE

A fraude trata – se de um erro intencional e planejado com intuito de lesionar alguém financeiramente ou omitir realidades patrimoniais de entidades, a fim de obter vantagens e resguardar uma fictícia solidez de empresas.

Assim define Lopes de Sá “A questão da fraude é sempre grave. Fraude é a lesão, o erro premeditado, feito propositalmente para lesar alguém. (2005, p.25)

A fraude do Banco Panamericano teve inicio em 2006, porem só foi descoberta em meados de novembro de 2010, passando despercebida pelo crivo de fiscalizações por quatro anos. Essa Causou um rombo, estimado em cerca de R\$ 4,3 Bilhões de reais a entidade. Quem presidia nessa época o banco era Rafael Palladino ex - *personal trainer* e concunhado de Silvio Santos.

Quase completando um ano da descoberta da fraude, só agora começaram os indiciamentos aos responsáveis pela fraude.

Veja abaixo o detalhamento onde estavam as fraudes que culminou o prejuízo.

#### **Quadro 01 – Detalhamento do Prejuízo**

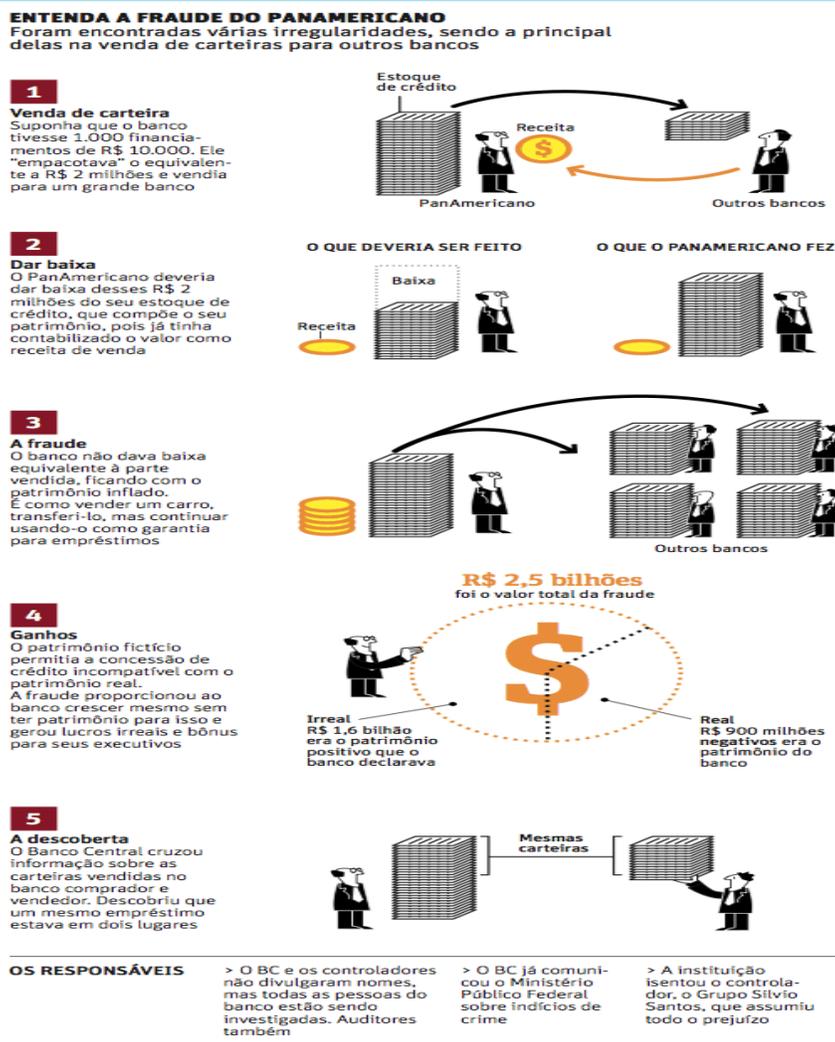
<b>DETALHE DO PREJUÍZO DE 4,3 BILHÕES</b>	
<b>INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS ENCONTRADAS</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (Em Bilhões)</b>
Carteira de crédito insubsistente	(R\$ 1,6)
Passivos não registrados de operações de cessão liquidadas/refinanciadas	(R\$ 1,7)
Irregularidade na constituição de provisões para perdas de crédito e outras	(R\$ 0,5)
<b>TOTAL</b>	<b>(R\$ 3,8)</b>
<b>OUTROS AJUSTES NÃO RELACIONADOS À INCONSISTÊNCIA</b>	

Ajuste de Marcação a mercado	(R\$ 0,3)
Outros ajustes	(R\$ 0,2)
<b>TOTAL</b>	<b>(R\$ 0,5)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>(R\$ 4,3)</b>

FONTE: (BANCO PANAMERICANO, 2010)

Veja o esquema utilizado pelos fraudadores utilizado na venda de carteira de créditos. O BACEN detectou a fraude a partir dessa:

Figura 1 – Entenda o caso Panamericano



Fonte: (Folha.com, 2010)

### 3.2.1 Alguns fatos relevantes

- Abertura de Capital do Banco Panamericano em 2007

O Banco em 2007 começou a negociar suas ações em bolsa, já existia a fraude, a mesma ingressou no mercado com seus resultados inflados, devido às inconsistências contábeis. Porém mesmo assim essa lançou seus papéis e adquiriu grandes aportes financeiros.

Em 19 de novembro de 2007 as ações do Banco Panamericano começaram a ser negociadas na Bovespa sob o código BPNM4, com emissão de 70.042.600 ações preferenciais, ao preço de R\$10,00, totalizando captação de R\$700,4 milhões, incluindo o lote suplementar. (BANCO PANAMERICANO, 2007)

- Aquisição de ações do banco pela CEF

É incongruente à postura da CEF. A mesma realizou altos investimentos no Banco Panamericano isso sem a devida confiabilidade. Logo depois de realizado o investimento, foi descoberta a fraude, essa levou a instituição a perder milhões na operação. Para justificar tal episódio, alegam a ineficiência das auditorias contratadas antes da aquisição, que nada evidenciaram.

No centro dos argumentos está a compra de 49% do Panamericano pela Caixa Econômica Federal por R\$ 739 milhões. O negócio foi fechado em dezembro de 2009, menos de um ano antes do estouro da fraude contábil na instituição controlada pelo Grupo Silvio Santos. O valor de R\$ 695 milhões da ação se baseia na perda de valor do Panamericano depois de o rombo de mais de R\$ 4 bilhões em sua contabilidade se tornar público. Com isso, diz o texto, a Caixa perdeu a maior parte do investimento. (SCHELLER, 2011)

Estima – se que a instituição perdeu cerca de R\$ 320 Milhões de reais com o investimento na instituição. Essa é uma empresa 100% pública, logo o dinheiro usado é público também. Como uma empresa de grande porte como a Caixa pode confiar tanto em um banco de médio porte, apostando milhões nesse?

- O Empréstimo oriundo do FGC

O até então controlador a fim de tampar o rombo da instituição e evitar que essa fosse à falência, recorreu ao FGC (Fundo garantidor de crédito), adquirindo

assim um aporte de 2,5 Milhões de reais, e dando como garantia suas 44 empresas do seu grupo. Assim define o FGC:

O fundo Garantidor de créditos – FGC – é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado [...] Tem por objetivo garantir créditos contra instituições participantes nas hipóteses de: - Decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira; e reconhecimento por parte do Banco Central do Brasil, do estado de insolvência de instituição. [...] são participantes do FGC as instituições financeiras e as associações de poupança e empréstimo em funcionamento no país que: recebem depósitos à vista, a prazo ou em contas de poupança; - Efetuam aceite em letras de câmbio e captam recursos através de colocação de letras imobiliárias e letras hipotecárias. (BASTOS; LOPES; CARDOSO, 2007, p.60)

O FGC é mantido por depósitos mensais de instituições financeiras com alíquota pré-definida, o mesmo busca assegurar aos poupadores seu capital investido em caso de falência ou insolvência das entidades. O valor estimado por CPF é de R\$70.000. Os maiores bancos são os que mais contribuem para o fundo, visto que seus volumes de captação são altos. Portanto os grandes que estão arcando com os prejuízos dos pequenos.

O empresário Silvio Santos deu como garantia para obter empréstimo praticamente todo seu patrimônio empresarial. Para conseguir os R\$ 2,5 bilhões do FGC (Fundo Garantidor de Créditos), entraram 44 empresas subordinadas à holding SS Participações, entre elas o SBT, sua participação no banco Panamericano, a Jequití, a Liderança Capitalização e o Baú da Felicidade. O valor contábil de todas as empresas é de R\$ 2,7 bilhões.

O grupo Silvio Santos terá dez anos para pagar o empréstimo. Ele terá, no entanto, três anos de carência, até iniciar o primeiro pagamento semestral. O empréstimo não terá juros, apenas correção pelo IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado). (SCIARRETA, 2010)

- A venda da participação acionária de Silvio Santos ao BTG Pactual

Diante de apuros e com seu patrimônio em cheque, o antes controlador Silvio Santos, optou por vender sua participação acionária ao BTG Pactual e se livrar da dívida com o FGC.

“Segundo o BTG Pactual, a compra foi fechada por R\$ 450 milhões. Com o acordo, a instituição passa a deter 34,64% do Panamericano, com 51% das ações ordinárias – o que garante o controle do banco – e 21,97% das preferenciais.” (ALVARENGA, 2011)

Depois da venda, o controlador da entidade passou a ser o BTG Pactual e a CEF (Caixa Econômica Federal). A fim de regularizar a situação da entidade, além dos recursos oriundos do FGC, o BTG, fez aporte em dinheiro, com intuito de regularizar e reestruturar as contas do banco.

#### **4.0 PRINCIPAIS IMPACTOS DA FRAUDE NA INSTITUIÇÃO**

A priori é notório ver como a fraude propiciou um grande impacto na instituição, afinal de contas foram 4,3 Bilhões de reais de prejuízo. A marca Panamericano perdeu credibilidade, suas ações despencaram, patrimônio foi reduzido, investidores perderam parte de seu capital e dentre outros, que evidenciaremos nesse capítulo.

“O escândalo abalou a confiança de investidores e clientes do banco, prejudicando seriamente a marca que, segundo uma simulação da *Brand Finance*, perdeu cerca de 35% de seu valor de mercado, o equivalente a aproximadamente de R\$ 60 milhões.” (MARCOLINO,2010)

#### **4.1 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A fim de visualizar os reais impactos causados a entidade, foi efetuada a análise das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e DRE) dos anos de 2008, 2009 e 2010.

##### **4.1.1 Análise Horizontal e Vertical**

A análise vertical tem como objetivo verificar a representatividade de cada conta em relação ao valor total do grupo em estudo.

Análise vertical baseia – se em valores percentuais das demonstrações financeiras. Para isso se calcula o percentual de cada conta em relação a um valor base. Por exemplo, na análise vertical do balanço calcula – se o percentual de cada conta em relação ao total do ativo. (MATARAZZO, 2003, pg. 243)

Já a análise horizontal visa, obter a variação ocorrida de cada conta de um ano base para outro.

“Baseia – se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação a demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série.” (MATARAZZO, 2003, pg. 245)

#### 4.1.1.1 Variações significativas encontradas na análise do balanço e DRE (Demonstração do resultado e Exercício)

- Patrimônio Líquido

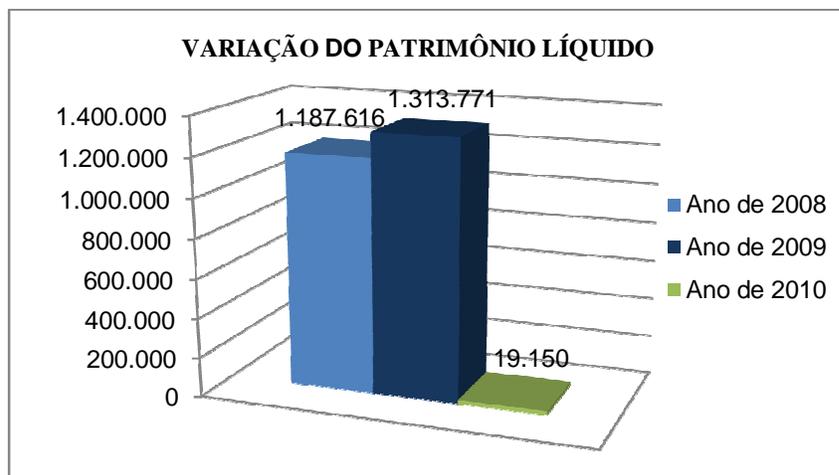
O Patrimônio líquido da entidade foi reduzido em 98,39% do ano de 2008 para o ano de 2010. Isso se deu devido ao prejuízo apurado em 2010, após a fraude.

“Patrimônio Líquido é representado pela diferença entre o total do ativo e do passivo em determinado momento. Identifica os recursos próprios da empresa [...]” (ASSAF NETO, p.59, 2002)

Veja como é dividido o Patrimônio Líquido de acordo com a Lei das SAs 6.404/76:

“Patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.”

Gráfico 1 – Variação do Patrimônio Líquido

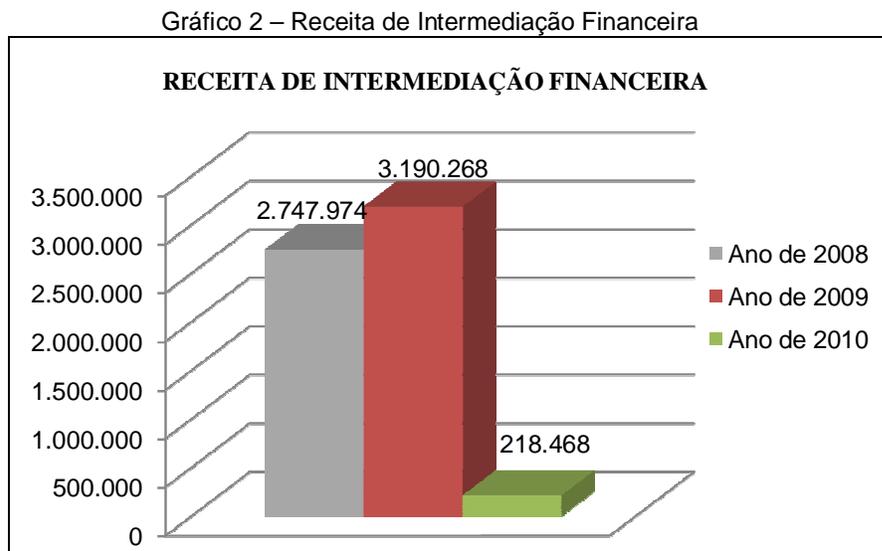


Fonte: Elaborado pelo autor

Por meio do gráfico podemos notar a redução brusca desse, praticamente boa parte do seu capital próprio foi consumido pelo prejuízo.

- Receita com a intermediação financeira

A receita com intermediação financeira teve uma redução de 93,15% de 2009 para 2010. Isso mostra como o grande impacto que teve em sua atividade operacional, efeito causado devido à fraude.



Fonte: Elaborado pelo autor

Já o lucro que apresentou uma significativa variação positiva de 82,07% entre 2008 e 2009, já em 2010 o mesmo não existiu, sendo obtido assim um prejuízo.

#### 4.1.2 Índices de Liquidez considerados relevantes para o estudo

Quadro 2 – Análise dos índices

ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ			
ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$	Quanto a empresa possui de ativo circulante + realizável a longo prazo para cada \$ 1 de dívida total.	Quanto maior melhor.

Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa	Quanto maior Melhor.
		possui de ativo circulante para cada \$ 1 de passivo circulante.	

Fonte: Matarazzo (2003, p.g 152)

Liquidez Geral: O índice ao longo dos anos teve uma pequena queda, nos anos de 2008 e 2009, a empresa pagava suas dívidas e ainda lhe restava um excedente. Porém em com a redução de 12% entre os anos 2009 a 2010, a mesma paga suas obrigações, porém nada lhe resta.

Liquidez corrente: A capacidade de pagamento da entidade de uma no para o outro vai diminuindo, sendo que de 2009 para 2010 a mesma teve uma grande redução, 34,25%. No ano de 2010 lhe falta R\$ 0,29, para cada R\$ 1 de dívida. Isso implica na falta de capital de giro da empresa, para arcar com suas obrigações a curto prazo, levando a essa a recorrer à capital de terceiros, para cumprir com essas.

#### 4.1.3 Grau de Endividamento

Este índice está diretamente atrelado, como se dá a fonte de obtenção de recursos por parte da empresa. Como está dividido a participação de seu capital.

O índice de participação de capitais de terceiro relaciona, portanto as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, capitais próprios e capitais de terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. Também pode ser chamado de grau de endividamento. Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação capitais de terceiros/patrimônio líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses terceiros. (MATARAZZO, 2003, pg. 154)

Com a aplicação da fórmula, a partir dos dados coletados do balanço patrimonial, obteve os seguintes resultados.

Quadro 3 – Grau de endividamento

---

**GRAU DE ENDIVIDAMENTO EM %**

---

2008	2009	2010
656%	782%	68.669%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante desse resultado fica evidente como é alto o nível de endividamento dessa empresa e como ao logo dos anos esse só aumentou. Do ano de 2008 para 2009 esse teve um aumento de 19,20%, já do ano de 2009 para 2010, o aumento foi de 8.681,20%. Tendo como base esses resultados a empresa corre grande risco de estar insolvente, a dependência de capital de terceiros é muito alta.

#### 4.1.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O índice revela quanto o capital próprio investido, propiciou de retorno. No geral no mesmo avalia o êxito econômico que a entidade teve.

O papel do índice de rentabilidade do patrimônio líquida é mostrar qual a taxa de rendimento do capital próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado, como caderneta de poupança , CDBs, Letra de câmbio, Ações, Aluguéis, fundo de investimentos, etc. Com isso se pode avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções. (MATARRAZO, 2003, pg. 181)

Mediante a obtenção desse resultado, pode – se constatar se o investimento realizado na entidade está sendo lucrativo ou não.

Quadro 04 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido

<b>RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
8,4%	13,24%	-697,73

Fonte: Elaborado pelo autor

A empresa estudada nos anos de 2008 e 2009 apresentou um retorno positivo de corrente de sua atividade. Porém no ano de 2010, não obteve retorno algum e sim perda do capital investido.

#### 4.1.5 Termômetro de Kanitz

Insolvência nada mais é do que a incapacidade de arcar com obrigações assumidas. Não arcando com essas, a empresa pode deflagrar um quadro de falência. O Termômetro de *Kanitz* avalia a saúde financeira de uma entidade em um determinado momento, objetivando assim avaliar a capacidade de solvência dessa e dando dessa forma uma previsão de falência.

Falência, para Motta (1995, p. 39) apud PACHECO (2010, pg. 10), “consiste no estado de insolvência que impossibilita o empresário de adimplir suas obrigações no vencimento, caracterizando a ruína da situação financeira”. Em muitos casos o processo de falência não permite a recuperação. Sendo assim, para evitar a descontinuidade, os indicadores são utilizados para sinalizar as análises e as interpretações que favoreçam a gestão e direcione os procedimentos e ações que evitem os processos de falência.

Fórmula de *Kanitz* se dá da seguinte maneira:

$$FI = 0,05X1 + 1,65X2 + 3,55X3 - 1,06X4 - 0,33X5$$

Sendo:

FI = Fator de Insolvência = Total de pontos obtidos

X1 = Lucro Líquidos/Patrimônio Líquido (Rentabilidade do Patrimônio)

X2 = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo/Exigível Total ( Liquidez Geral)

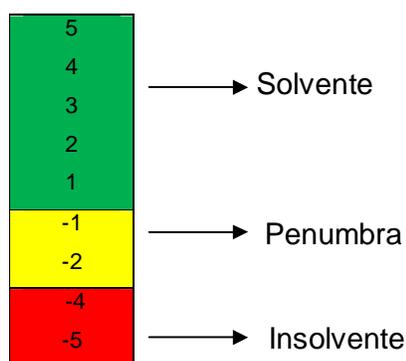
X3 = Ativo Circulante – Estoques/Passivo Circulante (Liquidez Seca)

X4 = Ativo Circulante/Passivo Circulante ( Liquidez Corrente)

X5 = Exigível Total/Patrimônio Líquido ( Grau de endividamento ou Participação de capitais de terceiros)

Braga *apud* Pacheco (2010, pg.11) explica que no termômetro de Insolvência, os valores positivos evidenciam uma condição boa para a organização e com menores riscos de falência, se estiver no intervalo de 0 a -3 área de penumbra, apresenta uma situação perigosa, em que as perspectivas da sociedade devem merecer cuidado especial. E se for menor que -3 (três negativo) apresenta condição de insolvência e a organização tem maior probabilidade de falência. Com a adoção da metodologia pode-se observar que a condição de solvência da organização está diretamente ligada com o confronto das contas do ativo e passivo e dos resultados econômicos auferidos em cada exercício social.

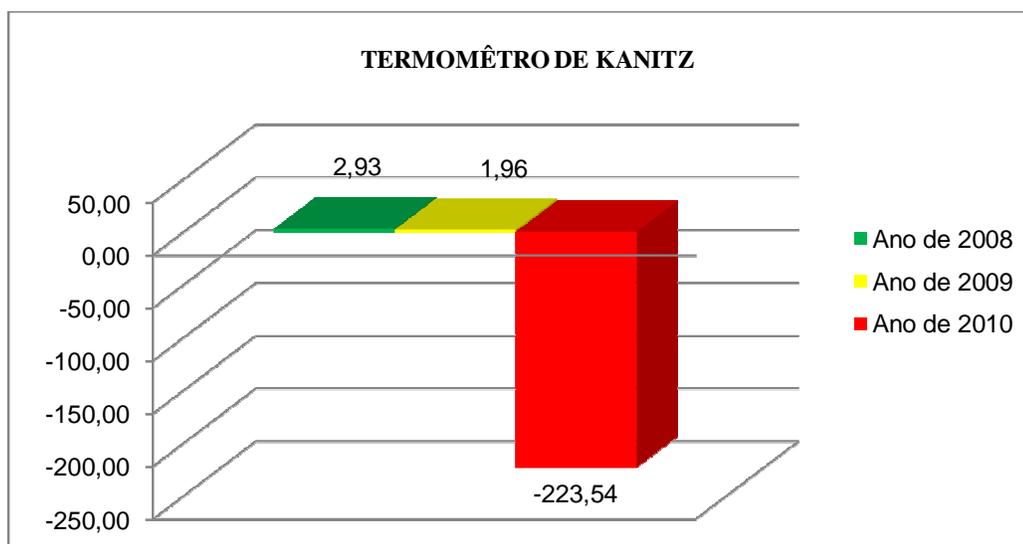
Imagem 02 – Termômetro de Kanitz



Fonte: Adaptado de Braga (199, pg.160) *apud* Pacheco (2010, pg.11)

- Resultado obtido com a aplicação da fórmula

Gráfico 4 – Termômetro de Kanitz



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos dados obtidos podemos verificar que ao decorrer dos anos o resultado vai piorando. Em 2008 e 2009, a empresa apresentou solvência. Porém no ano de 2010, a empresa demonstrou um grau altíssimo de insolvência.

Levando em consideração a interpretação a cerca desse, a empresa está insolvente e com um alto risco de falência. A variação brusca do resultado se deu em virtude de 2010, a entidade apresentou prejuízo. É um quadro preocupante e os gestores tomando ciência do fato devem tomar medidas rápidas a fim minimizar esse quadro e evitar a falência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados ao decorrer da pesquisa, há hipótese levantada, se confirma. Houve sim a ineficiência dos órgãos fiscalizadores e das auditorias. Os objetivos traçados para o desenvolvimento do trabalho foram suficientes para obter os resultados desejados. Os órgãos fiscalizadores (BACEN e CVM) não adotaram procedimentos adequados e suficientes para obter êxito na execução de suas atribuições.

O Banco Central do Brasil pecou de forma grave, quando deixou de executar uma de suas principais funções, a de fiscalizar continuamente as instituições, de maneira a garantir solidez e credibilidade do sistema financeiro. Passado quase quatro anos o mesmo enfim detectou a fraude, diante disso, fica evidente a falta de uma fiscalização eficiente, a mesma poderia ter sido detectada bem antes por parte desse e minimizado assim os prejuízos ou então nem teria ocorrido se a vigilância do órgão fosse realmente eficaz. Em citação de um funcionário do BACEN, esse afirma que a entidade fiscaliza com mais afinco os grandes, deixando um pouco de lado os pequenos. A falta de funcionário é uma deficiência apontada também, de maneira que a execução das atividades de fiscalização fica comprometida.

O órgão ainda autorizou a compra de 36% do capital do Panamericano, por parte da CEF, uma instituição 100% pública. A mesma perdeu milhões no investimento. Essa apostou horrores em papéis sem nenhuma solidez, e o órgão que devia vetar a operação e identificar que o Panamericano estava agindo de forma fraudulenta, ao manipular suas demonstrações, foi o que deu o aval e aprovou a operação. É incongruente esse fato. Quem presidia o BACEN na época era Henrique Meirelles, após os escândalos, usou o velho artifício utilizado pelos políticos para não ser demitido e não causar grande polêmica abriu mão do cargo. A Presidente da Caixa que estava à frente do negócio, foi destituída do cargo. Fica evidente a irresponsabilidade dos administradores citados acima ao gerir suas entidades.

A CVM, que deveria proteger os investidores contra papéis fraudulentos. Deixou a desejar também. O método utilizado por essa para garantir a credibilidade de seus valores mobiliários são insuficiente. Diante do processo de obtenção de registro, para que assim as empresas possam negociar suas ações no mercado, a

CVM se utiliza apenas dos pareceres emitidos pelos auditores, para assim se certificar da veracidade dos dados econômicos – financeiros da entidade, transferindo dessa maneira uma responsabilidade muito alta para um organismo só e que de certa forma teria que ser sua. Ela aposta muito na eficiência das auditorias, uma vez que essas estão passíveis de erro e de corrupção. Diante do fato ocorrido, é notório ver que os papéis negociados no mercado, podem ser passíveis de fraude, seus gestores juntamente com a contabilidade podem se utilizar de procedimentos ilícitos, para se colocarem bem no mercado.

A fraude do banco Panamericano foi descoberta, porque existe um órgão vigilante, em virtude de fazer parte do sistema financeiro. E as empresas demais empresas que não dispõem dessa fiscalização tão acirrada como tem as instituições financeiras? Dificilmente seriam descobertas as fraudes e passariam despercebidas pelos órgãos fiscalizadores, como a CVM.

As auditorias contratadas para auditar o banco, não atingiram seu fim específico essas não adotaram procedimentos corretos para a execução de seus trabalhos, passada assim despercebida a fraude. Os auditores desde 2007 a 2009 vinham dando pareceres contraditórios com a realidade da empresa e atestando a fidedignidade das demonstrações. Sendo que essas estavam totalmente fraudadas. Diante do importante papel que a auditoria externa exerce no mercado de capitais, evidenciou – se que essas estão sujeitas a falhas e que não se deve apoiar unicamente nela para garantir a confiabilidade de uma empresa.

As Leis existentes para punir esses crimes são muito brandas não intimidando assim os que o comete. Os envolvidos simplesmente embolsaram os ganhos e foram destituídos do cargo e para cobrir o rombo causado pelas imprudências desses, utilizou – se de recursos oriundos do FGC, tendo como principais contribuintes os grandes bancos, esses estão arcando com a irresponsabilidade dos pequenos. Uma vez que quem teria que efetuar tal aporte para minimizar o prejuízo era os que cometeram o crime, fazendo dessa forma devolverem o montante que se apropriaram indevidamente. Com as demonstrações fraudadas, fingindo lucros inexistentes muitos executivos ganharam milhões em bônus.

Diante das análises realizadas, o banco apresenta um grau preocupante, esse está totalmente insolvente, passivo assim de falência. Seu grau de endividamento está altíssimo, seus resultados caíram, sua capacidade de pagamento está se reduzindo ao longo dos anos. A fraude causou impactos

enormes para a instituição, creio que essa necessitaria de longo período para se reestruturar financeiramente.

Podem existir novos questionamentos para pesquisas posteriores. A questão das mudanças efetuadas pelos órgãos fiscalizadores depois da fraude e do IBRACON diante da ineficiência das auditorias e outros. Por se tratar de um tema recente, hoje existe pouco material que tem uma fundamentação segura a cerca do fato, posteriormente, existe a possibilidade da disponibilização de mais material a cerca do assunto, podendo assim efetuar uma pesquisa mais aprofundada e melhor fundamentada sobre a fraude.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: Um curso moderno e completo, 5º Edição, São Paulo, Ed Atlas, 1996.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: Um enfoque econômico-financeiro, 7º edição, São Paulo, Ed Atlas, 2002.

BASTOS, R, LOPES, M, CARDOSO, R, **Técnico Bancário Matéria Básica**, 3º edição, Ed Degrau 2007.

BRASIL, Universidade Corporativa do Banco do. **Cerificação em Investimentos**: Ofertas Públicas de Valores Mobiliários, Caderno 7, 2005.

BRASIL, Universidade Corporativa do Banco do. **Cerificação em Investimentos**: Sistema Financeiro Nacional e Noções de economia e finanças, Caderno 2, 2005.

BRASIL, Universidade Corporativa do Banco do. **Cerificação em Investimentos**: Demais produtos de investimentos e Mercado Derivativos, Caderno 4, 2005.

FAVERO, L e etc. e tal. **Contabilidade Teoria e Prática**, 2º edição, São Paulo, Ed Atlas, 1977.

HOJI, **Administração Financeira, uma abordagem prática**, 5º edição, São Paulo, Ed. Atlas, 2004.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração Financeira**: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras. 1º Edição

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: Abordagem básica e gerencial, 6º Edição, São Paulo, Ed Atlas, 2003.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**, 3º Edição, Ed Atlas, 2005.

PAVÃO, Prof. Dr. João Bosco. **Método Dedutivo Indutivo**, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**, 10º Edição, São Paulo, Ed Atlas, 2002.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**: Orientações de estudo, projetos, artigos, relatórios, monografia, dissertação e tese. 2º Edição, Ed Atlas, 2006.

## DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BRASIL. Lei nº 4.595 de 31 de Dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm), Acesso dia 26/10/2011.

BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm). Acesso dia 01/11/2011.

BRASIL, Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6385original.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6385original.htm). Acesso dia 20/10/2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). Normas brasileiras de contabilidade Interpretação técnica NBC T 11 – IT 3 Fraude e erro. Resolução nº 836 de 22 de Fevereiro de 1999. Disponível em: [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=1999/000836](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=1999/000836), Acesso dia 06/10/2011.

COSTA, Ana Clara. **Polícia Federal indícia ex-presidente do grupo Silvio Santos**. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pf-indicia-ex-presidente-do-grupo-silvio-santos>

CRESPO, Silvio. **Fiscalização do BC perde pessoal**, 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasil,fiscalizacao-do-bc-perde-pessoal,69255,0.htm>, Acesso dia 09/10/2011.

*ENNE, Juliana.* **KPMG paga R\$ 1,5 milhão para encerrar processo sobre Sadia na CVM**, 2011. Disponível em: <http://marcosassi.com.br/kpmg-paga-r-15-milhao-para-encerrar-processo-sobre-sadia-na-cvm>. Acesso dia 16/10/2011.

FERRARI, Beatriz e COSTA, Ana Clara. **Caso Panamericano evidencia necessidade de ajustes na fiscalização**, 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/caso-panamericano-evidencia-necessidade-de-ajustes-na-fiscalizacao>. Acesso dia 13/10/2011.

FRIEDLANDER, David e MACEDO, Fausto. **Auditor do Panamericano falhou diz BC**. 2011. Disponível em: <http://crc-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2571745/auditor-do-panamericano-falhou-diz-bc>. Acesso dia 20/10/2011.

*FRIEDLANDER, David e MACEDO, Fausto.* **Auditor do Panamericano falhou, diz BC**, 2011. Disponível em: <http://marcosassi.com.br/auditor-do-panamericano-falhou-diz-bc>, Acesso dia 15/10/2011.

FRIEDLANDER, David e MODÉ, Leandro. **Salvamento do Panamericano livra Caixa de problemas**, 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/agencias/ae/economia/detail/2011-02-20-1712554.shtml>. Acesso dia 15/10/2011.

*MANDL, Carolina.* **BC organiza armas da fiscalização bancária**, 2011. Disponível em: <http://marcosassi.com.br/page/5?s=Fraude+do+Banco+Panamericano>, 10/10/2011.

MARCOLINO, Rayane. **PanAmericano perde 35% de seu valor de marca após fraude**, 2010. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/marca-do-banco-panamericano-perde-35-de-seu-valor>, Acesso dia 27/10/2011.

MENEZES, Rafael de. **Direito das obrigações**. 2008. Disponível em: <http://www.rafaeldemenezes.adv.br/direitoob/aula19.htm>. Acesso dia 22/10/2011.

PACHECO, Daniela Alves Lopes. **Aplicabilidade de indicadores financeiros como Instrumento de análise na Natura Cosméticos S.A**, 2010. Disponível em: <http://www.cpgls.ucg.br/ArquivosUpload/1/File/V%20MOSTRA%20DE%20PRODUO%20CIENTIFICA/NEGOCIOS/3-.pdf>, Acesso dia 02/11/2011.

*RODRIGUES, Lorenna*. **Bancos vão ter de registrar venda de carteira de crédito**. Disponível em: <http://marcosassi.com.br/bancos-vaio-ter-de-registrar-venda-de-carteira-de-credito>, Acesso dia 14/10/2011.

*SAFATLE, Claudia*. **Solução dada ao balanço (do PanAmericano) passou por BC e CVM**, 2011. Disponível em: <http://marcosassi.com.br/solucao-dada-ao-balanco-do-panamericano-passou-por-bc-e-cvm>, Acesso dia 14/10/2011.

SCIARRETTA, Toni. **Silvio Santos oferece SBT e Baú como garantia para empréstimo de R\$ 2,5 bi**, 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/828474-silvio-santos-oferece-sbt-e-bau-como-garantia-para-emprestimo-de-r-25-bi.shtml>, Acesso dia 10/10/2011.

TEXEIRA, Alexandre. **Panamericano: Auditores na berlinda**, 2010. Disponível em: <http://colunas.epocanegocios.globo.com/financasdebolso/2010/11/15/panamericano-auditores-na-berlinda/>. Acesso dia 17/10/2011.

## MONOGRAFIAS

PANASOLO, Márcio José. **Auditoria interna em uma empresa atacadista de alimentos: um estudo de caso**. 2008. 65f. Monografia (conclusão de curso) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/article/viewFile/473/246>

SOARES, Marcelo Marcondes. **A auditoria independente frente aos escândalos contábeis norte – americanos**. 2005. 60f. Monografia (conclusão de curso) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: [http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:4XU5CdwewiMJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as\\_sdt=0](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:4XU5CdwewiMJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0)

## SITES ESPECÍFICOS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO E DA BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS. [www.bmfbovespa.com.br/](http://www.bmfbovespa.com.br/)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. <http://www.cvm.gov.br/>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. <http://www.cfc.org.br>. Acesso dia 08 de Outubro de 2011